

A SOLIDÃO DOS MORIBUNDOS

Há várias maneiras de lidar com o fato de que todas as vidas, incluídas as das pessoas que amamos, têm um fim". Assim, Nibert Elias introduz a temática do livro "A Solidão dos Moribundos", cujo interesse maior parece ser a discussão, numa perspectiva ao mesmo tempo filosófica e psicanalítica, acerca da morte enquanto tabu nas sociedades ocidentais tidas como "avançadas", ou a morte enquanto problema, sobretudo, para os vivos. Ou para os quase vivos – pois que aí se incluem aqueles que estão na condição de moribundos.

Primeiramente, fica claro que o modo como os vivos pensam a morte ou o ato de morrer diz das crenças, dos valores e das ideologias que orientam a organização da sociedade na qual essas pessoas se incluem. Viajando no tempo ou no espaço, tais concepções vão variando, umas revelando certa intimidade no que diz respeito à existência desse fim, outras se encobrendo de verdadeira distância e pavor no que tange à lembrança do mesmo.

Elias vai mostrar primeiramente que, dessas várias maneiras de lidar com a finitude da vida humana, a mitologia que prega a idéia de uma outra vida após a morte, seja no "Hades" ou no "Valhalla", no "Inferno" ou no "Paraíso" sobressai entre as demais. Essa talvez seja uma das formas mais conhecidas entre tantas culturas de orientação distinta que há no mundo. Forma "comum" e "antiga" que, em certa medida, não chega a negar a existência de um possível fim para a vida do homem, mas tende a

DE NOBERT ELIAS

A Solidão dos Moribundos
Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

POR JOCENY PINHEIRO*

Mestre em Sociologia pelo Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Ceará.

amenizar o impacto da finitude com a noção de "passagem", de "transformação" ou mesmo de início de uma "permanência" espiritual.

Lado a lado com a enorme crença nessa morte mitologizada, outra forma

de encará-la se reveste da tentativa de evitar a idéia do fim simplesmente afastando sua noção do pensamento, não o verbalizando ou, como escreve Elias, "assumindo uma crença inabalável em nossa própria imortalidade". Alguma identificação com o nosso mundo social? Talvez. O fato é que, nesse caso, fica vetada a possibilidade de se reconhecer o processo de envelhecimento e morte dos indivíduos. Enfim, não se permite enrugurar a face, ou faz-se o máximo possível para adiar tal enrugamento, sequer admitindo que se há mil estratégias para encobrir a velhice, poucas são aquelas que garantem, de fato, a imunidade à morte.

Entretanto, há ainda uma terceira maneira de olhar para a morte, estranha a nós, quem sabe, pelo fato de entender esse fim como parte da existência humana. Trata-se de uma forma importante, necessária até, pois saber que "a coisa mais certa da vida é a morte" pode nos levar a um ajuste em nossas próprias vidas, pela consciência de que elas têm uma duração limitada. Esse ajuste se refere, principalmente, ao modo como nos comportamos em relação às outras pessoas, às que vivem como nós ou àquelas que quase deixam de fazê-lo – porque passaram pelo processo de envelhecimento ou porque, simples-

mente, mesmo não sendo velhos, estão prestes a morrer.

Elias pensa a segunda forma, peculiar ao universo das sociedades consideradas “avançadas”, como um modo problemático de convivência entre uns e outros; jovens e adultos no auge da vitalidade, velhos e doentes que vêm, ao seu redor, o vácuo se formar. Nesse contexto, aponta para a terceira opção como alternativa capaz de propiciar uma possível identificação entre vivos e moribundos, o que livraria os últimos da morte simbólica – morte social – a que estão condenados mesmo em vida.

Ora, quem pode estar imune ou entorpecido o suficiente para não sentir a dificuldade que é sobreviver diante da ausência ou do afrouxamento dos vínculos sociais e laços afetivos?

Isso é o mais difícil – o isolamento tácito dos velhos e dos moribundos da comunidade dos vivos, o gradual esfriamento de suas relações com pessoas a que eram afeiçoados, a separação em relação aos seres humanos em geral, tudo que lhes dava sentido e segurança. Os anos de decadência são penosos não só para os que sofrem, mas para os que são deixados sós (Elias, 2001:8).

Elias chama atenção também para uma questão que poucas vezes vem à tona quando se pensa na duração limitada de uma vida humana. Chama atenção para o fato de que não estamos acostumados a pensar no outro que morre, mas sim no sentimento de falta – ou na lembrança da nossa própria falibilidade – que a morte desse outro pode causar em nós. Afinal, se tudo concorre para encobrir ou para nos fazer esquecer que logo mais, logo menos, envelheceremos e morreremos, o fim da vida de um ente querido sempre reavivará a idéia indesejada de que um dia iremos nós, para a cova, certamente.

Aqui encontramos, sob forma extrema, um dos problemas mais gerais de nossa época – nossa incapacidade de dar aos moribundos nossa ajuda e afeição de que mais que nunca preci-

sam quando se despedem dos outros homens, exatamente porque a morte do outro é uma lembrança de nossa própria morte (Elias, 2001:16).

Medo e sentimento de culpa geram uma espécie de proibição em relação à expressão de tudo que circunda a morte, proibição que se reflete na sua exclusão, junto com os moribundos, da vida social. Por essa razão, referências a esse conjunto (a morte e o que morre) são ocultadas, especialmente daqueles que nascem, daqueles que iniciam o processo de viver, das crianças. Quando vêm à tona – morte e moribundo causam embaraço, constrangimento. Como tabu ou coisa estranha, o desconforto leva a uma espécie de silêncio ruidoso. A morte, o cadáver, a sepultura, o corpo em decomposição não podem suscitar outra coisa senão a censura social.

Hospitais se revestem com o *design* e a ambientação de *shopping centers*. Cemitérios são parques, jardins. Nomes e paisagens, aí, tendem a evocar a idéia de “paz”, “tranqüilidade” e até mesmo de “leveza”. O ápice dessa ideologia que se coloca contra a lembrança da morte, da melancolia e do luto, está presente num exemplo que Elias dá sobre uma brochura produzida por coveiros na qual não se encontra uma só vez a palavra “morte”.

Atitudes mais enérgicas, seguindo a mesma orientação, não são difíceis de ser encontradas bem perto de nós, pois há casos de cemitérios pintados com cores supostamente “alegres”, sob a alegativa de que se tornou *démodé* a estética fúnebre, antes presente em todo e qualquer espaço de sepultamento dos mortos.

O fato é que:

Nunca antes na história da humanidade foram os moribundos afastados de maneira tão asséptica para os bastidores da vida social; nunca antes os cadáveres humanos foram enviados de maneira tão inodora e com tal perfeição técnica do leito de morte à sepultura (Elias, 2001:31).

Isso diz do estágio de civilização peculiar, às sociedades ocidentais sobretudo, pois o contato, não só com a idéia de morte e com o moribundo, mas, mormente, com o próprio corpo do morto, ainda é significativamente observado em grupos étnicos na América do Sul e América Central, além de povos que se encontram na África, na Ásia e na Oceania. Os bororo, situados no Mato Grosso, são um exemplo de forma radicalmente oposta a que temos no tratamento da questão. Seu ritual funerário rendeu escritos que ainda hoje surpreendem estudiosos em todo o mundo. Neste, o contato com o corpo que se decompõe é intenso, o que causa pavor aos jovens estudantes brasileiros ou europeus que lêem ou ouvem sobre o fato, especialmente porque aqui os rituais religiosos de morte, seculares, “foram esvaziados de sentimento e significado”, tornando-se expressões “pouco convincentes” (Elias, 2001:36).

O pavor começa muito antes. Começa pela indisposição ou incapacidade de expressar o que Elias chama de “emoções fortes”, seja na vida pública ou na vida privada, principalmente em relação ao moribundo. Para o autor, a condenação que paira sobre o “sentimento espontâneo e forte” também se configura como um tabu crescente da civilização. Assim, torna-se realmente difícil “apertar a mão de um moribundo” ou “proporcionar-lhe uma sensação de proteção e pertencimento”. (*Idem*).

Gradativamente, os vivos tratam de isolar do seu espaço aqueles que lembram a vulnerabilidade da vida humana, e esse afastamento se dá a partir da criação de certos espaços e ocupações – como se pode ver na imagem do doente que permanece no hospital até o último dos seus dias, do velho que vive no asilo, da enfermeira e do médico que cuidam do primeiro ou do assistente que se destina, de maneira muito pragmática, a olhar pelo segundo.

Apenas as rotinas institucionalizadas dos hospitais dão alguma estruturação social para a situação de morrer. Essas, no entanto, são em sua maioria destituídas de sentimentos e acabam contribuindo para o isolamento dos moribundos (2001:36).

Até mesmo após o fim de cada uma dessas vidas, o cadáver e a sepultura passam aos cuidados de profissionais remunerados. A família se distancia de todo o complexo que envolve a figura do morto. Por essa razão, Elias nos faz lembrar que “a Pietà de Michelangelo, a mãe em prantos com o corpo de seu filho, continua compreensível como obra de arte, mas dificilmente imaginável como situação real”. Pelo simples fato de que os vivos, de maneira “semiconsciente”, parecem sentir “que a morte é contagiosa e ameaçadora” (2001:37).

O morto já afastado do convívio familiar, já entregue às mãos de diversos especialistas do leito de morte à sepultura, só pode vir a sobreviver na “lembrança dos vivos”. Mas, a lembrança é, sobretudo, palavra que se pronuncia. Para lembrar é preciso verbalizar, é preciso dizer, narrar, pois a memória nunca foi um fenômeno que prescindisse da socialização ou da comunicação entre indivíduos.

Acontece que, aqui, também se encontra um problema: não se quer falar sobre a vida de quem morre ou sobre a morte de quem vive. Ainda naquela brochura escrita por coveiros, Elias diz que “o silêncio sobre a significação das sepulturas como lugares onde pessoas mortas estão enterradas” é “quase total”. Eu diria, assim como ele, que o silêncio – enquanto sinônimo de coisa não dita – se coloca como regra diante das mais diversas situações que levam à reflexão ou à consciência de que somos mortais ou de que, malgrado todo o caminho empreendido (o qual muitos chamaram de “evolução”), jamais nos livramos desse “aspecto embaraçoso da animalidade humana” (2001:40). Ou seja, apesar do tele-encéfalo altamente desenvolvido e do polegar opositor, morremos facilmente como os animais. Só não fazemos admiti-lo.

Mas não reconhecer esse processo que leva à falência do corpo, da vida do indivíduo, é atestar que ainda hoje é difícil perceber a relação de dependência que há entre pessoas de uma sociedade. Em suma, parece que ignoramos o fato de que “o sentido de tudo que uma pessoa faz” está

“no que ela significa para os outros, não apenas para os que agora estão vivos, mas também para as gerações futuras”. Pela condição de indivíduos mortais, somos todos dependentes de gerações que viveram no passado e que virão a viver no futuro. Não é raro, porém, que as pessoas se vejam como indivíduos isolados, independentes uns dos outros (2001:41). Pelo contrário,

Perseguir os próprios interesses – vistos isoladamente – parece então a coisa mais sensata e gratificante que uma pessoa poderia fazer. (...) Raramente, e com dificuldade, as pessoas podem ver a si mesmas, em sua dependência dos outros – uma dependência que pode ser mútua –, como elos limitados na cadeia de gerações, como quem carrega uma tocha numa corrida de revezamento, e que por fim a passará ao seguinte (Elias, 2001:42).

A visão do indivíduo isolado, que se vê como autônomo ou auto-suficiente, é um sintoma do recalçamento da idéia de “finitude irreparável” do homem. Recalçamento que Elias faz questão de não atribuir como peculiaridade do século XX, mas, sim, de ver como um encobrimento que, embora sendo antigo e sempre acompanhando a consciência humana, “mudou de maneira específica com o correr do tempo” (2001:44).

É essa mudança que aqui nos interessa analisar, pois, “em períodos anteriores, fantasias coletivas eram o meio predominante de lidar com a noção de morte. Ainda hoje, é claro, desempenham um importante papel”, já que “o medo de nossa própria transitoriedade é amenizado com ajuda de uma fantasia coletiva de vida eterna em outro lugar”. No entanto, não se pode ocultar que “com a grande escalada da individualização em tempos recentes, fantasias pessoais e relativamente privadas de imortalidade destacam-se mais freqüentemente da matriz coletiva” e, por essa razão, acabam por chegar ao “primeiro plano” (Elias, 2001:44).

Para Elias, o resultado dessa distorção operada na auto-imagem dos indivíduos é o sentimento de solidão e isolamento emocional.

Acrescenta-se a isso uma série de características comuns ao universo das sociedades “altamente desenvolvidas”, tais como o “permanente autocontrole” – que por ser tão internalizado passa a ser “experimentado como uma muralha que bloqueia o afeto e outros impulsos espontâneos na direção de outras pessoas e coisas, afastando-as como consequência”. Em síntese, “essas características comuns incluem o alto grau de individualização, a ampla e constante contenção de todos os impulsos instintivos e emocionais fortes e uma tendência ao isolamento” (Elias, 2001:66-67).

Tais atitudes são desencadeadas e validadas por todos, incluindo os moribundos que, não raras vezes, eles próprios, crêem na idéia de que a “vida” evoca a noção de coletividade e sociabilidade, mas que a “morte” é, sobremaneira, um processo que se deve viver “sozinho”, privadamente.

Seria incorreto falar de rejeição e reserva, induzidas pela civilização, dos vivos em relação aos moribundos em sociedades, como a nossa, sem indicar ao mesmo tempo o possível embaraço e reserva dos próprios moribundos em relação aos vivos (2001:68).

Tal isolamento, em grande medida, é alimentado pela sensação de que eles, os moribundos, deixaram de ter sentido para os outros, para aqueles com os quais outrora conviveram. Os cuidados e gastos empreendidos pelos vivos, para aliviar a dor física do corpo que morre ou proporcionar qualquer espécie de conforto físico ao moribundo não lhe devolvem a certeza de que têm importância para o mundo social ou de que a vida que lhe cabe ainda comporta algum sentido. De todo jeito, não “é fácil mostrar aos que estão para morrer que eles não perderam seu significado para os outros. Se isso acontece, se uma pessoa sentir quando está morrendo que, embora ainda viva, deixou de ter significado para os outros, essa pessoa está verdadeiramente só” (Elias, 2001:75).

Sentir-se só, portanto, é sentir que sua existência não tem significado, social e afetivo,

para a comunidade de viventes circundante. Ou seja: trata-se de uma existência empurrada para “os bastidores da vida social”, uma existência solta, no vácuo, sem se ligar a outras. Assim é a vida do moribundo. Uma vida que só se liga à idéia de negação da própria existência, uma contínua experiência de fim antecipado. Uma vida que parece estar sendo punida por algum crime antes cometido. O moribundo é aquele condenado, por si e pelos outros, à solitária. Seu crime é lembrar, com as marcas que estão impressas sobre o seu corpo, que a morte existe, é ameaçar aos vivos que, ao se alimentarem pelo delírio da imortalidade, não suportam a lembrança estampada no corpo do velho mortal.

Elias afirma que “talvez devêssemos falar mais aberta e claramente sobre a morte, mesmo que seja deixando de apresentá-la como um mistério”. Segundo ele, “a morte não tem segredos. Não abre portas. É o fim de uma pessoa. O que sobrevive é o que ela ou ele deu às outras pessoas, o que permanece nas memórias alheias” (Elias, 2001:77).

Na verdade, o tema da morte já foi objeto de investigação, diversas vezes, seja na Sociologia ou na Antropologia, do ponto de vista da representação social e da estruturação de um espaço reservado para a mesma nas sociedades ocidentais. Em determinado período, o indivíduo tinha o seu lugar de entrada e saída na sociedade através da Igreja. Nascimento e morte lembravam a idéia de passagem do indivíduo de um mundo para outro.

É possível concluir que a morte, em si, não é simplesmente um evento, mas um processo social de desapego do indivíduo ao mundo e às pessoas, ela é anterior à morte física, essa sim, um evento preparado por meio do processo de rompimento gradual dos laços sociais que o indivíduo estabeleceu ao longo da sua existência. Em cada momento no qual se dá a exclusão do moribundo no espaço dos vivos, produtivos e ativos, um laço a mais se desfaz e o desligamento total se aproxima. Nesse sentido, o tempo vivido já não é mais contemporâneo, mas extemporâneo. O velho, o moribundo, é, sobretudo, um “outsider” que não se estabelecerá mais entre os vivos como antes.

* * *

Aqui se percebe que Elias é um sociólogo dos processos e não dos eventos. Especificamente neste livro, produzido sob a forma de um ensaio-conferência, o autor parece deixar ausente, em seu texto, a relação que há entre a noção moderna de morte e o desenvolvimento de uma sociedade centrada no tempo presente e na idéia de produção. Enfim, Elias parece preferir explicar a exclusão da vida social do moribundo por meio de razões psicológicas como o medo e a culpa diante da morte de si e dos outros. Assim, ele deixa de evidenciar que nas chamadas “sociedades avançadas”, os indivíduos valem pela sua capacidade de produzir mercadorias. A mudança da mentalidade em relação à morte e ao morto representa a complementação de uma sociedade em que o valor da mercadoria, finalmente, alcançou uma espécie de triunfo em todas as suas dimensões.